

**Serveng-Civilsan S.A. - Empresas
Associadas de Engenharia**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores e Acionistas da
Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo regras relativas ao pagamento de precatórios federais, estaduais e municipais que está, atualmente, em trâmite no Superior Tribunal Federal - STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A Companhia possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ no montante de R\$ 295.725 mil, cuja realização financeira depende do desfecho da ação rescisória movida pela SEFAZ perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

São Paulo, 02 de junho de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.345	2.943	Fornecedores e subempreiteiros	14	56.728	45.213
Contas a receber de clientes	5	389.211	283.867	Empréstimos e financiamentos	15	25.481	38.162
Estoques	7	44.817	18.119	Impostos e contribuições a recolher	17	48.429	49.558
Impostos a recuperar		39.189	20.809	Salários e férias a pagar		18.684	20.069
Dividendos a receber	16	40	921	Dividendos a pagar		3.774	3.774
Mútuos	16	-	20.000	Imposto de renda e contribuição social		-	2.241
Participações em consórcios	6	-	8.288	Participações em consórcios	6	2.813	-
Despesas antecipadas		6.771	9.817	Outras contas a pagar	20	29.443	11.622
Outras contas a receber	19	75.501	76.265			<u>185.352</u>	<u>170.639</u>
		<u>610.874</u>	<u>441.029</u>				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	5	60.247	60.247	Empréstimos e financiamentos	15	40.248	44.358
Precatórios a receber	8	372.076	571.391	Impostos e contribuições sociais a recolher	17	14.759	15.610
Depósitos judiciais	18	25.357	-	Mútuos	16	76.990	68.930
Imóveis a comercializar		858	859	Provisão para contingências	18	14.954	14.260
Mútuos	16	150.504	39.189	Passivo fiscal diferido	9	76.792	514.183
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	39.145	49.474	Receita diferida		1.101	1.180
Ativos financeiros	11	421	1.073.140	Outros Passivos	20	15.191	24.268
Outros créditos	19	1.104	1.271			<u>240.035</u>	<u>682.789</u>
		<u>649.712</u>	<u>1.795.571</u>				
Investimentos	10	29.878	130.876	Patrimônio líquido			
Propriedade para investimentos		33	6.813	Capital social	21	800.000	1.312.465
Imobilizado	12	253.109	761.096	Adiantamento para futuro aumento de capital		165.948	-
Intangível	13	40.882	51.238	Reservas de lucros		160.062	696.881
		<u>973.614</u>	<u>2.745.594</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		33.091	323.848
		<u>1.584.488</u>	<u>3.186.622</u>			<u>1.159.101</u>	<u>2.333.194</u>
						<u>1.584.488</u>	<u>3.186.622</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional bruta		1.237.881	1.184.712
Deduções			
Impostos sobre as vendas		(110.684)	(94.828)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos		16	(603)
		<u>(110.668)</u>	<u>(95.431)</u>
Receita operacional líquida	23	1.127.213	1.089.281
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		<u>(958.055)</u>	<u>(843.015)</u>
Lucro bruto		<u>169.158</u>	<u>246.266</u>
(Despesas) outras receitas			
Administrativas, comerciais e gerais	24	(218.577)	(146.097)
Resultado de equivalência patrimonial		(64.007)	(28.876)
Outras (despesas) receitas líquidas	25	<u>(109.445)</u>	<u>31.505</u>
Resultado antes das (despesas) financeiras líquidas		<u>(222.871)</u>	<u>102.798</u>
Despesas financeiras	26	(25.684)	(119.270)
Receitas financeiras	26	<u>51.584</u>	<u>42.994</u>
		<u>25.900</u>	<u>(76.276)</u>
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(196.971)	26.522
Imposto de renda e contribuição social - corrente	10	(11.314)	(16.813)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	10	<u>(25.849)</u>	<u>17.381</u>
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		<u><u>(234.134)</u></u>	<u><u>27.090</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	<u>(234.134)</u>	<u>27.090</u>
	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>(234.134)</u></u>	<u><u>27.090</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2013	1.271.900	-	49.691	694.656	323.193	-	2.339.440
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	40.565	-	-	-	-	40.565
Aumento de capital em dinheiro	40.565	(40.565)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	655	(655)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(73.900)	-	-	(73.900)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.090	27.090
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO							
Reserva legal	-	-	1.354	-	-	(1.354)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	25.081	-	(25.081)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>1.312.465</u>	<u>-</u>	<u>51.045</u>	<u>645.837</u>	<u>323.848</u>	<u>-</u>	<u>2.333.195</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	251.648	-	-	-	-	251.648
Aumento de capital em dinheiro	85.700	(85.700)	-	-	-	-	-
Aumento de capital	303.972	-	-	(303.972)	-	-	-
Cisão parcial conforme laudo em 29/08/2014	(902.137)	-	-	-	(291.085)	-	(1.193.222)
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	328	(328)	-
Ganho decorrente de variação Patrimônio Líquido Corumbá	-	-	-	-	-	1.613	1.613
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(234.134)	(234.134)
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO							
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	(232.849)	-	232.849	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>21 800.000</u>	<u>165.948</u>	<u>51.045</u>	<u>109.017</u>	<u>33.091</u>	<u>-</u>	<u>1.159.101</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	(234.134)	27.090
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:		
(Reversão) para perdas com estoques e outros	(1.212)	(15.687)
Juros e variações monetárias	11.996	3.420
Constituição provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	7.282	1.151
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	198.988	(34.072)
Depreciação e amortização	29.644	31.227
Constituição de provisão para contingências	3.119	1.985
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	(3)	1.004
Custo do investimento alienado	24	-
Ganho (perda) na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	(4.446)	101.418
Imposto de renda e contribuição social	37.163	(568)
Equivalência patrimonial	64.007	28.877
	<u>112.428</u>	<u>145.845</u>
Variações nos ativos		
(Aumento) do contas a receber	(87.053)	(75.524)
Redução/(aumento) dos estoques	(26.699)	(423)
Redução do precatórios a receber	327	21.634
Aumento/(redução) de impostos a recuperar	(18.380)	646
Aumento de partes relacionadas - ativo	(105.739)	(33.943)
Aumento de participações em consórcios	8.288	(8.288)
Aumento de outras contas a receber	3.989	(3.699)
Aumento de depósitos judiciais	(27.782)	-
Redução de imóveis a comercializar	1	1.715
Variações nos passivos		
Aumento/(redução) de fornecedores	11.515	5.528
Aumento de impostos e encargos sociais a recolher	(1.980)	973
Redução de salários e férias a pagar	(1.385)	(785)
Redução/(aumento) de receita diferida	(79)	195
Aumento de partes relacionadas - passivo	13.845	55.004
Redução de participações em consórcios	2.813	(12.303)
Redução de imposto de renda e contribuição social pagos	(13.555)	(17.948)
Redução/(aumento) de contas a pagar	(5.100)	3.462
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	<u>(134.546)</u>	<u>82.089</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(35.049)	(79.397)
Participação em controladas e SCs	(8.437)	4.144
Adiantamento para futuro aumento de capital	251.648	(4.400)
Recebimentos de dividendos de controladas	-	108
Ativo intangível	(487)	(3.218)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades de investimentos	<u>207.675</u>	<u>(82.763)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	40.565
Mutuo com partes relacionadas	8.060	(36.351)
Empréstimos tomados	122.400	47.166
Pagamentos de empréstimos, incluindo juros	(151.187)	(21.341)
Pagamento de dividendos	-	(73.900)
Caixa líquido (usado nas) atividades de financiamentos	<u>(20.727)</u>	<u>(43.861)</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>52.402</u>	<u>(44.535)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.943	47.478
No fim do exercício	55.345	2.943
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>52.402</u>	<u>(44.535)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia (Serveng ou Companhia) está situada na Rua Deputado Vicente Penido, 255 - Vila Maria CEP: 02064-120 - São Paulo /SP, atua no segmento de construção civil, destacando-se a execução de obras de terraplenagem, pavimentação, rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, canais, barragens, edificações, empreendimentos imobiliários, túneis, pontes, viadutos, armação e operação de embarcações destinadas à execução das obras, produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais. As controladas têm por objeto atividades em linha com as áreas de atuação da Companhia, em especial serviços de dragagem, geração de energia, incluindo energia eólica e prestação de serviços de gestão e exploração de centros comerciais.

Por meio do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Cisão Parcial, em 29 de agosto de 2014, a Serveng realizou cisão parcial de ativos e passivos com reflexos no seu patrimônio líquido, incorporando o acervo líquido cindido nas sociedades Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Soares Penido), Serveng Energias Renováveis S.A., TTM Participações S.A. e Pecuária Serramar Ltda.

A Serveng e seu acionista realizaram uma reorganização societária envolvendo parte das sociedades pertencentes ao Grupo Serveng, com o objetivo de segregar o patrimônio imobiliário e reorganizar determinadas participações societárias dedicadas as suas diversas atividades empresariais, com o escopo de otimizar sua operação, verticalizar atividades, racionalizar o poder decisório e melhorar o acompanhamento dos negócios atualmente desenvolvidos, tudo de modo a organizar e complementar o planejamento societário do Grupo Serveng.

As seguintes transferências de ativos e participações foram reflexos da reorganização societária:

Ativo	Valor cindido	Passivo	Valor cindido
Não circulante		Não circulante	
Partes relacionadas - AFAC	50		
Ativos financeiros	<u>1.077.165</u>	Passivo fiscal diferido	<u>463.240</u>
	<u>1.077.215</u>		
Investimentos	48.229	Patrimônio Líquido	
Propriedade para investimento	8.032	Capital social	902.137
Imobilizado	501.989	Ajuste de avaliação patrimonial	<u>291.085</u>
Intangível	<u>20.997</u>		<u>1.193.222</u>
Total ativo	<u><u>1.656.462</u></u>	Total Passivo	<u><u>1.656.462</u></u>

A cisão parcial da Serveng foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2014. Referida operação implicou na redução de seu patrimônio líquido na exata proporção do acervo líquido cindido e vertido para as sociedades citadas acima.

O valor do acervo líquido cindido do patrimônio líquido da Serveng é de R\$ 1.193.222 conforme constatado em Laudo de Avaliação da seguinte maneira:

Descrição	2014
Capital social	902.137
Ajuste de avaliação patrimonial	291.085
Total do patrimônio líquido cindido	<u>1.193.222</u>

A composição desse acervo líquido cindido da Serveng considerando sua destinação está demonstrada abaixo:

Descrição	2014
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.	752.247
Serveng Energias Renováveis S.A.	80.042
Pecuária Serramar Ltda.	357.351
TTM Participações S.A.	3.582
Total do patrimônio líquido cindido	<u>1.193.222</u>

2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

2.1 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, não serão apresentadas em função de serem apresentadas na holding Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de junho de 2015.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, ônibus, aeronaves, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5** - Provisão para devedores duvidosos;
- **Nota 6** - Participações em consórcios;
- **Nota 9** - Impostos Diferidos;
- **Nota 11** - Ativos financeiros;
- **Nota 12** - Revisão da vida útil do imobilizado;
- **Nota 13** - Recuperabilidade de ágio;
- **Nota 18** - Provisão para contingências.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e ativos financeiros), investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes), custo amortizado (fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar) e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

- (i) *Ativos e passivo financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*
A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de

caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

A Companhia reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar.

Capital Social - ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge*

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2014 e 2013.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Estoques

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

e. Ativos arrendados

(i) *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

(ii) *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

f. Imóveis a comercializar

Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não-circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço.

Uma vez classificados como imóveis a comercializar, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método de equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

g. Participações em consórcios

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

h. Depósitos judiciais

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

i. Investimentos e outros investimentos

(i) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

(ii) Outros investimentos

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

j. Propriedade para investimentos

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia passa a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados.

k. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras Receitas Operacionais” na demonstração do resultado.

l. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

m. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

n. Contas a pagar a fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

o. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

(i) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

p. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável e é mais provável que não que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

q. *Imposto de renda e contribuição social*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

r. *Outros passivos circulantes e não circulantes*

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

s. *Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial*

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva de desapropriação decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela Assembleia geral de acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

t. Reconhecimento da receita

(i) Receita de vendas e serviços

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

u. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros ativos de aplicações financeiras, de precatórios e de ganhos na mensuração de ativos financeiros ao valor justo. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, juros sobre empréstimos, perdas na mensuração de ativos financeiros ao valor justo.

v. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme os serviços relacionados seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificações em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(i) Previdência privada e participação nos lucros

A Companhia possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus e, também, possuem planos de previdência privada para seus funcionários e dirigentes.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

3 Demonstrações financeiras consolidadas - não apresentação

As demonstrações financeiras não serão apresentadas conforme descrito na nota 2.1 (a) acima. A Companhia possui participações nas empresas conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação	
		2014	2013
Santa Cruz Rodovias S.A. (b)	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Dragaport Engenharia Ltda.	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A. (a)	Integral - Direto	-	100,00%
Serramar Parque Shopping Ltda.	Integral - Direto	-	100,00%
Mineração São Luis Ltda. (c)	Integral - Direto	-	100,00%
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado - Direto	22,93%	22,93%
Energia Potiguar Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,98%
Torres de Pedra Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,98%
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,98%
Torres de São Miguel Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,97%
Morro dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,98%
Canto da Ilha Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,97%
Campina Potiguar Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,97%
Esquina dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,97%
Ilha dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,96%
Pontal do Nordeste Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	-	99,97%
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral - Indireto	50,10%	50,10%

- (a) Conforme informado na nota 1 (contexto operacional), a Companhia realizou cisão parcial de ativos e participações em empresas com reflexos no seu patrimônio líquido, incorporando o acervo líquido cindido nas sociedades Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., Serveng Energias Renováveis S.A., TTM Participações S.A. e Pecuária Serramar Ltda. O controle acionário mantido na sociedade Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. e suas empresas investidas foi transferido para a Serveng Energias Renováveis S.A., controlada diretamente pela Soares Penido.

A cisão parcial da Companhia foi realizada com base no valor contábil do acervo patrimonial, objeto da operação, apurado de acordo com o balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2014.

- (b) Concessão encerrada em Maio de 2013. Os ativos retornaram ao Poder Concedente.
- (c) Anteriormente denominada Serveng Mineração Balsas Ltda.

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	668	2.068
Aplicações financeiras diversas	54.677	875
	<u>55.345</u>	<u>2.943</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado Depósito Interbancário - 104,1% a.a. em 2014 (102,7% a.a. em 2013), contratadas em condições e taxas normais de mercado.

5 Contas a receber de clientes

	2014	2013
Valores faturados para terceiros	259.138	236.404
Valores faturados - parte relacionada (nota 16)	82.232	56.659
Medições a faturar	122.598	69.130
Outros	10.851	-
Ajuste a valor presente	(2.258)	(2.258)
Provisão para devedores duvidosos	<u>(23.103)</u>	<u>(15.821)</u>
Total	<u>449.458</u>	<u>344.114</u>
Circulante	<u>(389.211)</u>	<u>(283.867)</u>
Não Circulante	<u>60.247</u>	<u>60.247</u>

A seguir apresentamos os montantes a receber, por idade de vencimento (*aging list*)

	2014	2013
A vencer	58.585	124.320
Vencidas:		
de 1 a 30 dias	43.566	19.020
de 31 a 60 dias	39.248	378
de 61 a 90 dias	8.283	9.840
de 91 a 120 dias	6.948	6.082
de 121 a 180 dias	6.371	724
a mais de 180 dias	<u>96.137</u>	<u>76.040</u>
	<u>259.138</u>	<u>236.404</u>

A movimentação da provisão para devedores duvidosos é como se segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2014	(15.821)
Provisão constituída	(23.103)
Baixa	<u>15.821</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(23.103)</u>

6 Participações em consórcios

	2014	2013
BR 364	(15.627)	-
EMAP Dragagem	(9.343)	(9.343)
Porto de Itajaí Emergência	(7.728)	(7.728)
Dersa Rodoanel Lote 4 Sul	(5.110)	(7.533)
CPTM - Estações - Linha7 Rubi	(3.084)	(2.033)
DNIT Duplicação BR 101	(4.505)	-
Belo Monte	14.066	13.409
ROMA	125	196
FIOL	(7.718)	(1.466)
SAAE ETE Guarulhos	80	-
Jacu Pêssego Lote I	2.263	2.267
Outeirinhos	3.062	334
Transposição do Rio São Francisco Lote I, II e VII	(11.590)	(59)
Porto de Mucuripe	5.634	(2.416)
CPTM - Linhas A - F	5.494	6.153
Metro Linha 5	7.042	11.141
REDUC	27.842	35.320
Outros consórcios	508	(25.730)
	<u>1.411</u>	<u>12.512</u>
Provisão para perdas com encerramento de consórcios	<u>(4.224)</u>	<u>(4.224)</u>
	<u>(2.813)</u>	<u>8.288</u>

7 Estoques

	2014	2013
Produtos acabados	13.481	8.943
Matéria-prima	490	-
Almoxarifado	24.531	9.176
Outros estoques para consumo e manutenção	6.315	-
	<u>44.817</u>	<u>18.119</u>

8 Precatórios a receber

	2014	2013
Valor bruto		
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a)	295.725	499.787
DER/SP (b)	25.107	23.447
Outros (c)	51.244	48.157
	<u>372.076</u>	<u>571.391</u>

Emenda Constitucional 62/09

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela Companhia (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que instituiu regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do STF ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer através do instituto da modulação, o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

Composição dos Precatórios a Receber

- (a) O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido à Companhia pela controlada Soares Penido, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.

No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rediscutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Sequestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem serem boas as chances da Companhia receber o valor do Precatório.

Em 2014 foi celebrado em conjunto o Governo do Estado de São Paulo um Termo de Transação com o intuito de encerrar os processos judiciais inerentes ao Precatório 410/1997, mediante o recebimento de R\$ 279.405, valor apurado por meio de cálculos realizados no referido exercício. Para realizar a devida comunicação judicial do referido acordo, foi devidamente juntada uma petição aos autos da ação rescisória em trâmite no Superior Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2015 o valor acordado inerente ao precatório foi devidamente inserido no sistema de controle e pagamento de precatórios do DEPRE - Departamento de Execução de Precatórios, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A atualização do valor pendente de pagamento será corrigida pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR).

Em função do acordo celebrado acima, a administração registrou uma perda por redução ao valor recuperável do ativo no montante de R\$ 226.583 cuja contrapartida encontra-se registrada na conta “outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

- (b) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controladora Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.

- (c) Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controladora Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Jacareí, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança.

Para os demais precatórios, em razão do recente julgamento ocorrido em 14 de março de 2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09 e o tratamento que deverão ter os créditos decorrentes de precatórios.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

<i>Ativo</i>	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social diferida:		
Diferenças temporárias	2.388	8.546
Prejuízos fiscais	-	1.086
	<hr/>	<hr/>
Total diferido ativo	<u>2.388</u>	<u>9.632</u>
 <i>Passivo</i>		
Imposto de renda e contribuição social diferida:		
Ações CCR - valor justo	143	324.357
Terrenos - custo atribuído	799	141.579
Exclusões temporárias de órgãos públicos	23.015	16.781
Lucro não realizado - Corumbá	10.589	32.355
Outras exclusões	44.634	8.743
	<hr/>	<hr/>
Total diferido passivo	<u>79.180</u>	<u>523.815</u>
	<hr/>	<hr/>
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	<u>76.792</u>	<u>514.183</u>
 Demonstração de resultado		
	2014	2013
Corrente:		
Imposto de renda	(8.456)	(12.707)
Contribuição social	(2.858)	(4.106)
	<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social	(11.314)	(16.813)
 Diferido:		
Imposto de renda	(18.693)	12.615
Contribuição social	(7.156)	4.766
	<hr/>	<hr/>
	<u>(25.849)</u>	<u>17.381</u>

As apurações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido foram realizadas de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite a pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das novas práticas contábeis por meio de registros no livro de apuração do lucro real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem produzir modificações na escrituração contábil.

10 Investimentos

	2014	2013
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	58.393	202.805
Participações em sociedades por conta de participação	<u>2.627</u>	<u>2.626</u>
Subtotal	61.020	205.431
Lucro não realizado com controladas	<u>(31.142)</u>	<u>(74.555)</u>
	<u><u>29.878</u></u>	<u><u>130.876</u></u>

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

Descrição	Capital social	Lucro (prejuízo) ajustado	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Investimento		Equivalência	
					2014	2013	2014	2013
Corumbá Concessões S.A.	235.259	(74.049)	194.998	22,93%	44.716	60.167	(16.981)	9.625
Dragaport Engenharia Ltda.	15.400	57	6.679	100,00%	6.679	6.622	57	(131)
Santa Cruz Rodovias S.A. (b)	26.710	(1.457)	513	100,00%	513	1.970	(1.457)	12.605
Serveng Mineração Balsas S.A.	3.857	(156)	-	0,00%	-	(3.677)	(156)	(2)
Serramar Parque Shopping Ltda.	3.000	357	-	0,00%	-	3.174	357	9.091
Nossa Casa Engenharia Ltda.	1.000	17.043	12.944	50,10%	6.485	(2.134)	8.538	(2.632)
Ventos Potiguares Ger. de Energia S/A	203.500	(54.366)	-	0,00%	-	136.683	(54.366)	(57.431)
Participações em controladas					58.393	202.805	(64.008)	(28.875)
Sociedades em conta de participação (a)	-	-	-		2.627	2.626	-	-
Total avaliado por equivalência patrimonial					<u>61.020</u>	<u>205.431</u>	<u>(64.008)</u>	<u>(28.875)</u>

- (a) A Companhia é sócia participante de algumas sociedades em conta de participação que atuam no segmento de incorporação imobiliária, construção e venda de unidades residenciais.
- (b) As receitas apuradas referem-se ao período de janeiro a maio de 2013, quando foi encerrada a concessão do serviço público de administração e exploração de rodovias.

11 Ativos financeiros

	2014	2013
Investimentos mensurados ao valor justo	<u>421</u>	<u>1.073.140</u>

Conforme informado na nota 1 (contexto operacional), a Companhia realizou cisão parcial de ativos e participações em empresas com reflexos no seu patrimônio líquido, incorporando o acervo líquido cindido nas sociedades Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., Serveng Energias Renováveis S.A., TTM Participações S.A. e Pecuária Serramar Ltda.

A totalidade da participação nas 60.400.000 (sessenta milhões e quatrocentos mil) ações ordinárias, nominativas e escriturais representativas do capital social da CCR S.A foi transferida para a acionista Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A..

12 Imobilizado

	2014	2013
Terrenos	6.362	477.992
Edifícios e construções	9.807	39.891
Máquinas e equipamentos	131.464	124.676
Veículos	93.971	101.271
Móveis, utensílios e outros	955	410
Equipamentos de informática	1.469	1.800
Obras em andamento e outros	<u>9.081</u>	<u>15.056</u>
	<u>253.109</u>	<u>761.096</u>

	Taxa de depreciação (a.a.%)	2014		2013
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual
Terrenos	-	6.362	-	6.362
Edifícios e construções	2,8	18.684	(8.877)	9.807
Máquinas e equipamentos	4 a 25	211.356	(79.892)	131.464
Veículos	14 a 20	166.843	(72.872)	93.971
Móveis, utensílios e outros	10	2.941	(1.986)	955
Equipamentos de informática	20	5.538	(4.069)	1.469
Obras em andamento e outros	-	<u>9.535</u>	<u>(454)</u>	<u>9.081</u>
Total		<u>421.259</u>	<u>(168.150)</u>	<u>253.109</u>

Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 01/01/2013	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências e ajustes (+) (-)	Saldo em 31/12/2014
Terrenos	472.851	5.189	(48)	477.992	-	(470.694)	(936)	6.362
Edifícios e construções	57.798	-	-	57.957	-	(39.588)	315	18.684
Maquinas e equipamentos	150.775	35.626	(2.707)	194.171	19.789	(885)	(1.719)	211.356
Veículos	158.114	23.982	(3.205)	177.547	6.714	(18.520)	1.102	166.843
Móveis, utensílios e outros	1.561	-	(10)	1.551	101	(33)	1.322	2.941
Equipamentos de informática	5.334	824	(35)	6.126	287	(855)	(20)	5.538
Obras em andamento e outros	9.320	13.775	(90)	13.710	7.439	-	(11.614)	9.535
Total do custo	855.753	79.396	(6.095)	929.054	34.330	(530.575)	(11.550)	421.259
Depreciação acumulada	(142.583)	(30.467)	5.092	(167.958)	(26.690)	26.324	174	(168.150)
Valor residual do ativo imobilizado	<u>713.170</u>	<u>48.929</u>	<u>(1.003)</u>	<u>761.096</u>	<u>7.640</u>	<u>(504.251)</u>	<u>(11.376)</u>	<u>253.109</u>

Conforme informado na nota 1 (contexto operacional), a Companhia realizou cisão parcial de ativos e participações em empresas com reflexos no seu patrimônio líquido, incorporando o acervo líquido cindido nas sociedades Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., Serveng Energias Renováveis S.A., TTM Participações S.A. e Pecuária Serramar Ltda.

As baixas por cisão foram de R\$ 502.054 líquidas da depreciação acumulada.

13 Intangível

	2014	2013
Ágio pago na aquisição de investimentos	527	19.525
Direitos de lavra	25.289	25.436
Direitos contratuais de comercialização	-	1.999
Softwares	15.024	2.032
Outros	42	2.246
Total	40.882	51.238

	2014		2013	
Taxa de amortização (a.a.%)	Amortização e exaustão e custo	Amortização e exaustão acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Ágio pago na aquisição de investimentos	527	-	527	19.525
Direitos de lavra (a)	28.355	(3.066)	25.289	25.436
Direitos contratuais de comercialização	-	-	-	1.999
Softwares 20%	27.626	(12.602)	15.024	2.032
Outros	42	-	42	2.246
Total	56.550	(15.668)	40.882	51.238

- (a) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;

Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	Saldo em		Transferências	Saldo em		Transferências	Saldo em
	01/01/2013	Adições	Baixas e ajustes (+) (-)	31/12/2013	Adições	Baixas e ajustes (+) (-)	31/12/2014
Ágio pago na aquisição de investimentos	19.525	-	-	19.525	-	(18.998)	527
Direitos de lavra	28.355	-	-	28.355	-	-	28.355
Direitos contratuais de comercialização	1.999	-	-	1.999	-	(1.999)	-
Software	10.797	710	-	11.795	486	-	27.625
Outros	58	2.207	(19)	2.246	-	(3)	42
Total do custo	60.734	2.917	(19)	63.920	486	(21.000)	56.549
Amortização acumulada	(11.921)	(761)	-	(12.682)	(2.956)	-	(15.667)
Valor residual do ativo intangível	<u>48.813</u>	<u>2.156</u>	<u>(19)</u>	<u>51.238</u>	<u>(2.470)</u>	<u>(21.000)</u>	<u>40.882</u>

Conforme informado na nota 1 (contexto operacional), a Companhia realizou cisão parcial de ativos e participações em empresas com reflexos no seu patrimônio líquido, incorporando o acervo líquido cindido nas sociedades Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., Serveng Energias Renováveis S.A., TTM Participações S.A. e Pecuária Serramar Ltda.

14 Fornecedores

	2014	2013
Aquisição de maquinas e peças	26.521	6.601
Aquisição de caminhões	-	3.906
Materiais e serviços	20.428	3.539
Outros fornecedores	9.779	31.167
	<u>56.728</u>	<u>45.213</u>

15 Empréstimos e Financiamentos

	2014	2013
Financiamento de equipamentos (FINAME PSI 2)	65.729	64.422
Outros empréstimos e financiamentos	-	18.098
Total	65.729	82.520
Circulante	<u>(25.481)</u>	<u>(38.162)</u>
Não circulante	<u>40.248</u>	<u>44.358</u>

FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Controladora
2016	17.903
2017	14.363
2018	7.904
2019	<u>78</u>
Total	<u>40.248</u>

16 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	2014	2013
Saldos		
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes:		
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	8.992	3.208
Santa Cruz Rodovias S.A.	-	(1.000)
Consórcios	56.585	42.249
Serveng Canuanã 1 Empreend. Imob. SPE Ltda.	-	788
Projeto Energias Renováveis (Eólicas)	349	352
Serveng Mineração Balsas	26	27
Serveng Transportes Ltda.	10.444	5.141
Serveng Canuanã 2 Empreend. Imob. SPE Ltda.	-	33
Ventos Potiguares Geradora	87	95
Pecuária Serramar Ltda.	1.591	1.560
Serveng Energias Renováveis S.A.	1.685	4
Mineração Jambreiro Ltda.	840	-
Serramar Parque Shopping	1.621	21
Corumbá Concessões	-	3.966
Eolicabras S/A	12	215
	<u>82.232</u>	<u>56.659</u>
(nota 5)		
Dividendos a receber:		
Corumbá Concessões	<u>40</u>	<u>921</u>
Outras contas a receber:		
Serramar Parque Shopping (nota 19)	<u>69.615</u>	<u>69.604</u>
Mútuos:		
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A.	<u>-</u>	<u>20.000</u>
	2014	2013
Ativo não circulante		
Mútuos:		
Serveng Energias Renováveis S.A.	(3)	(3)
Serramar Parque Shopping	-	14
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A.	138.612	32.745
Condomínio do Serramar Parque Shopping	-	200
Santa Cruz Rodovias S/A	158	-
Eolicabras S/A	11.727	6.223
Ventos Fortes	10	10
	<u>150.504</u>	<u>39.189</u>
Corumbá Concessões S.A. (AFAC)	38.195	38.195
Ventos Potiguares	-	4.579
Serveng Mineração Balsas	-	3.857
Nossa Casa Engenharia	950	2.793
Serramar Parque Shopping	-	50
	<u>39.145</u>	<u>49.474</u>
Passivo circulante		
Outras contas a pagar:		
Consórcios.	13.682	-
Serveng Transportes Ltda.	4	-

	2014	2013
Pecúária Serramar Ltda.	109	-
Serveng Residencial Mogi das Cruzes	<u>50</u>	<u>-</u>
(nota 20)	<u>13.845</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante		
Mútuos:		
Dragaport Engenharia Ltda.	4.837	4.837
Santa Cruz Rodovias S.A.	3.153	3.593
Ventos Fortes	33.000	33.000
SM Geração Eólica	27.200	27.500
Serveng Transportes Ltda.;	<u>8.800</u>	<u>-</u>
	<u>76.990</u>	<u>68.930</u>
Transações		
Vendas de bens e serviços:		
Santa Cruz Rodovias S.A.	-	16.385
Projeto Energias Renováveis (Eólicas)	<u>-</u>	<u>1.614</u>
	<u>-</u>	<u>17.999</u>

Remuneração da Administração e da diretoria

Durante o exercício de 2014, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$ 7.323 (R\$ 8.124 em 2013), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

17 Impostos e contribuições a recolher

	2014	2013
Obrigações fiscais:		
Tributos parcelados (a)	17.912	20.950
COFINS	10.403	10.330
ISS	15.197	11.845
PIS	1.993	1.887
ICMS	586	1.005
Obrigações previdenciárias	11.197	16.082
Outros	<u>5.900</u>	<u>3.069</u>
Total	63.188	65.168
Circulante	<u>(48.429)</u>	<u>(49.558)</u>
Não circulante	<u>14.759</u>	<u>15.610</u>

- (a) Tributos parcelados no montante de R\$ 17.912 estão compostos como segue: **(i)** R\$ 14.478 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação entre 73 e 161 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; **(ii)** R\$ 937 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião, obtido pela controlada Serveng, para ser pago em 100 parcelas mensais, atualizadas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo; **(iii)** R\$ 2.497 referente ao saldo do parcelamento da CEFEM a ser pago em 30 parcelas mensais.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	
2016	3.154
2017	2.081
2018	1.533
2019	1.314
2020 em diante	<u>6.677</u>
Total	<u><u>14.759</u></u>

Medida Provisória 627

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A administração está avaliando os possíveis impactos trazidos por esta MP e não espera impacto significativo nas demonstrações financeiras, e declara ter a intenção de optar pela aplicação antecipada das disposições da MP no exercício de 2014, com o objetivo de manter a neutralidade tributária, porém depende da disponibilização e normatização dos procedimentos para esta adoção.

18 Provisão para contingências

	<u>2014</u>			<u>2013</u>
	Provisão	Depósito Judicial	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Ativo				
Processos tributários - Corumbá	-	(25.357)	(25.357)	-
Passivo				
Processos tributários	1.988	(391)	1.597	2.463
Processos cíveis	9.661	(2.537)	7.124	5.995
Processos trabalhistas	<u>10.468</u>	<u>(4.236)</u>	<u>6.232</u>	<u>5.802</u>
Total	<u>22.117</u>	<u>32.521</u>	<u>10.404</u>	<u>14.260</u>

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas envolvendo o montante aproximado de R\$ 116.833 (R\$ 268.415 em 31 de dezembro de 2013), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.

19 Outros ativos

	2014	2013
Serramar Parque Shopping (nota 16)	69.615	69.604
Outros	6.990	7.932
Total	76.605	77.536
Circulante	(75.501)	(76.265)
Não circulante	1.104	1.271

20 Outros passivos

	2014	2013
Honorários advocatícios	15.191	24.268
Adiantamento de clientes	14.105	10.291
Contas a pagar - parte relacionada (nota 16)	13.845	-
Outros	1.493	1.331
Total	44.634	35.890
Circulante	(29.443)	(11.622)
Não circulante	15.191	24.268

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia era de R\$ 800.000 (R\$ 1.312.465 em 2013), representado por 28.327.901.058 (45.916.958.816 em 2013) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b. Reserva de lucros

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

22 Gestão de risco financeiro

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

c. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, também, dos recebíveis de clientes de suas controladas.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 31 de dezembro de 2014 a exposição máxima era de R\$ 422.571 (R\$ 290.398 em 31 de dezembro de 2013) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	56.728	-	-	56.728
Empréstimos e financiamentos	25.481	40.248	-	65.729
Outras contas a pagar	15.598	15.191	-	30.789
Total	97.807	55.439	-	153.246

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise de sensibilidade.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Gestão de capital

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	668	2.943	668	2.943
Aplicações financeiras	54.677	-	54.677	-
Contas a receber de clientes	367.226	287.455	367.266	287.455
Outros créditos	6.990	7.932	6.990	7.932
Ativo financeiro	421	1.073.140	421	1.073.140
Total	429.982	1.371.470	429.982	1.371.470
Passivos Financeiros				
Fornecedores	56.728	45.213	56.728	45.213
Empréstimos e financiamentos	65.729	82.520	65.729	82.520
Dividendos a pagar	3.774	3.774	3.774	3.774
Outras contas a pagar	30.789	35.890	30.789	35.890
Total	157.020	167.397	157.020	167.397

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/14			31/12/13		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo a mortizado
Ativos Financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	668	-	-	2.943	-	-
Aplicações financeiras	-	54.677	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	367.226	-	-	287.455	-	-
Outros créditos	6.990	-	-	7.932	-	-
Ativo financeiro	421	-	-	1.073.140	-	-
	375.305	54.677	-	1.371.470	-	-
Passivos Financeiros						
Fornecedores	-	-	56.728	-	-	45.213
Empréstimos e financiamentos	-	-	65.729	-	-	82.520
Dividendos a pagar	3.774	-	-	3.774	-	-
Outras contas a pagar	-	-	30.789	-	-	35.890
	3.774	-	153.246	3.774	-	163.623

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM e IPC, para financiamentos e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,57% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% a 50%.

Operação	Saldo em 31/12/14	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	54.677	CDI	11,57%	8,68%	5,79%
Receita financeira			<u>6.326</u>	<u>4.746</u>	<u>3.166</u>

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2014, foi definido o cenário provável para o ano de 2015 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/14	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos	65.729		3.286	4.108	4.930
Taxa sujeita à variação		TJLP	5,00%	6,25%	7,50%

23 Receita operacional líquida

	2014	2013
Receita de serviços	1.118.845	1.036.488
Receita de venda de produtos	119.036	148.224
Receita operacional bruta	1.237.881	1.184.712
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(110.684)	(94.828)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	16	(603)
	<u>(110.668)</u>	<u>(95.431)</u>
	<u>1.127.213</u>	<u>1.089.281</u>

24 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	2014	2013
Despesas com pessoal e encargos sociais	(80.538)	(80.661)
Serviços de terceiros	(38.690)	(13.109)
Doações e outros	(16.745)	(1.058)
Depreciação e amortização	(16.503)	(10.063)
Despesas tributárias	(3.961)	(15.517)
(Constituição) / Reversão de provisão para devedores duvidosos	(7.282)	1.232
Rescisões com honorários advocatícios	(10.000)	-
Outros	(44.858)	(26.921)
	<u>(218.577)</u>	<u>(146.097)</u>

25 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2014	2013
Perda por redução do ativo financeiro ao valor justo	(239.446)	-
Ressarcimento de perdas decorrente de atraso de pagamentos	121.529	-
Receitas de aluguel	1.818	2.144
Receitas diversas	1.582	4.106
Dividendos	3.448	44.520
Impostos sobre outras receitas	(4.275)	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado	4.970	(3.694)
Reversão (provisão) contingências	4.155	(2.606)
Outros	(3.227)	(12.965)
	<u>(109.446)</u>	<u>31.505</u>

Em dezembro de 2006, a Serveng requereu junto a sua controlada Corumbá Concessões S.A. (“Corumbá”) o reconhecimento de compensação por perdas e danos nos contratos de obras gerados por atrasos no recebimento das faturas no montante de R\$ 31.416, sendo recalculado e atualizado para dezembro de 2009 em cerca de R\$ 71.086. Foi ainda apresentado em julho de

2009 uma complementação desse montante, relativo à correção e juros de mora também gerados pelos atrasos nos pagamentos das faturas que, em valores recalculados para dezembro de 2009, totalizavam R\$ 51.515. Este último deve ser somado ao primeiro valor pleiteado de perdas e danos, totalizando portanto R\$ 122.601 em 31 de dezembro de 2009.

Em 16 de dezembro de 2010, a Serveng, dando continuidade à sua demanda, instaurou o procedimento arbitral junto à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP, de forma que seja dado andamento ao seu pleito no valor de R\$180.542.

Após realização de perícia técnica, foi realizada audiência de instrução e julgamento na data de 04 de dezembro de 2013, na sede da Corte Arbitral, onde foram ouvidos os peritos, e testemunhas arroladas pela Serveng, após, foi deferido prazo para a Corumbá ofertar minuta rechaçando os pareceres ofertados pela Serveng, acerca do tema “prescrição”, em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Em 23 de julho de 2014 o Tribunal Arbitral deu conhecimento da sentença às partes, reconhecendo a procedência do pleito formulado pela Serveng, para condenar a Corumbá Concessões S.A. ao pagamento do valor de R\$118.254, atualizado para data de 30 de junho de 2014, a ser pago no prazo de 60 dias, contados da intimação da sentença, sendo estabelecido ainda que nesse período incidirão juros de 1% a.m. (simples) e correção monetária pelo índice IGP-M. A Corumbá pediu esclarecimentos adicionais à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo - CIESP porém o mesmo manteve sua decisão.

Desta forma, por meio da referida sentença arbitral deu-se liquidez aos valores devidos pela Corumbá à Serveng a título de ressarcimento e de perdas e danos decorrentes dos atrasos nos pagamentos das faturas contratuais, sendo reconhecido integralmente como outras receitas operacionais. Ao mesmo tempo em que foi reconhecida pelo Conselho de Administração da Corumbá a dívida consolidada na sentença arbitral, foi também auferido pelos conselheiros representantes das acionistas públicas (CEB, CAESB e TERRACAP) junto à Serveng um desconto de R\$5.000 a ser abatido do valor final da dívida ao tempo do efetivo pagamento.

Os valores da condenação retrocitada foram quitados em 19 de dezembro de 2014.

26 Resultado financeiro, líquido

	2014	2013
Receitas Financeiras		
Ganho na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	4.445	-
Juros sobre precatórios	40.641	34.095
Receita de aplicação financeira	2.459	3.777
Outras	4.039	5.122
	<hr/>	<hr/>
	51.584	42.994
Despesas financeiras		
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	-	(101.621)
Juros pagos ou incorridos	(19.421)	(12.987)
Variações monetárias passivas	(91)	(1.829)
Outras	(6.172)	(2.833)
	<hr/>	<hr/>
	(25.684)	(119.270)
Resultado financeiro líquido	<hr/>	<hr/>
	25.900	(76.276)

* * *

André Luis Morais
Contador CRC 1SP 198135/O-7